

Explicações que não convenceram

Apesar dos elogios dos colegas, o deputado Sérgio Guerra não conseguiu explicar tudo que o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e o deputado Mauro Najar (PFL-SP) queriam saber. Eles ficaram insatisfeitos com as respostas de Guerra, especialmente sobre as alterações feitas no Orçamento de 1992 depois de sua aprovação pelo plenário do Congresso Nacional.

Guerra reconheceu como de sua autoria um fax de 20 de janeiro de 1992 para José Carlos Alves dos Santos, solicitando alterações no Orçamento já votado. Mais do que isso, o deputado confirmou que alguns trechos foram alterados, embora garantisse que tudo foi feito de acordo com a lei. Apesar da insistência das perguntas de Su-

plicy, Guerra garantiu que as mudanças "já estavam consignadas na votação do Orçamento, no dia 18 de dezembro de 1991" e que o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) tinha autorização para introduzir as modificações acordadas.

Para Suplicy e Najar, o relatório não poderia ser alterado posteriormente. Guerra chegou a admitir, em outra ocasião, que cometeu "equivocos", como, por exemplo, anotar como obras em andamento obras que, na verdade, estavam em construção. Mas, sem a modificação posterior, relatou ele, os recursos não poderiam ser liberados.

Por isso, Suplicy concluiu que as respostas não foram satisfatórias — embora admitisse que, "do ponto

de vista técnico, recomendaria aos seus alunos de economia que ouvissem as exposições de Sérgio Guerra". No fim do depoimento, o senador exibiu uma emenda que contemplava uma rodovia do Acre, incluída no Orçamento depois da aprovação do Congresso, e pediu que o deputado explicasse de onde ela havia surgido. Guerra garantiu a Suplicy que, depois de pesquisar, daria a resposta pessoalmente ao senador.

Embora considerasse o depoente "muito seguro", Najar não compreendeu porque José Carlos teria denunciado Guerra à CPI. Sérgio Guerra confessou que tinha uma relação estreita com José Carlos e que ambos chegaram a fazer visitas pessoais mútuas.